



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

## ATA

### AUDIÊNCIA PÚBLICA

#### PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2023 DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Aos vinte e nove dias do mês de maio de 2023, às 9h35, compareceu ao Plenário da Câmara Municipal de Ribeirão Preto (Av. Jerônimo Gonçalves, 1200), a Secretaria Municipal da Fazenda, neste ato representada pelo titular da pasta, Sr. Afonso Reis Duarte, para proceder a apresentação da prestação de contas do primeiro quadrimestre de 2023, acompanhado dos técnicos da Secretaria Municipal da Fazenda. Presidiu a audiência o Vereador Sérgio Zerbinato, Presidente da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tributária desta Casa de Leis; iniciou agradecendo a todos, especialmente o Secretário Municipal da Fazenda, Dr. Afonso Reis Duarte, além dos técnicos da Secretaria da Fazenda, Sra. Ednéa Eliana dos Santos e Cibelle Maria Ferreira. O Secretário informou que compete-nos a fazer essa demonstração a cada quatro meses para verificar se os índices da LRF estão sendo cumpridos, e observou que os termos da audiência serão apresentados, pelo técnico da Secretaria da Fazenda e Chefe da Divisão de Contabilidade, Sr. Vitório Tonetto Filho. O Secretário explicou que esta audiência pública tem como objetivo a prestação de contas para apresentação dos resultados do 1º quadrimestre de 2023 do Poder Executivo Municipal, destacando que a cada quatro meses, por força legal, a Prefeitura precisa fazer a prestação de contas e hoje será de janeiro, fevereiro, março e abril de 2023, bem como mostrar o cumprimento das metas. Em seguida, o técnico da Secretaria da Fazenda e Chefe da Divisão de Contabilidade, Sr. Vitório Tonetto Filho, passou a apresentar os dados, com a utilização do sistema *data show*, conforme documento que segue em anexo. Importante destacar o fundamento legal que exige essa audiência pública, que é o artigo 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), dispositivo que reza que: *"até o final do mês de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na Comissão referida no §1º do artigo 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas Estaduais e Municipais"*. Informou Afonso Reis Duarte que se trata dos dados consolidados dos seguintes órgãos: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, Fundação de Educação para o Trabalho – FUNDET, Fundação Instituto do Livro, Fundação Dom Pedro II, Fundação Instituto Pólo Avançado de Saúde – FIPASE, Fundação de Formação Tecnológica de Ribeirão Preto



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

– FUNTEC, Guarda Civil Metropolitana, Instituto de Previdência dos Municipiários – IPM, Serviços de Assistência à Saúde dos Municipiários – SASSOM e Câmara Municipal de Ribeirão Preto – CMRP. Destacou que a apresentação corresponde aos demonstrativos publicados referentes ao período do janeiro a abril de 2023, ou seja, correspondente ao 1º quadrimestre de 2023 e as metas fiscais. O contador Vítório faz, em seguida, a apresentação mais detalhada dos números, e inicia trazendo o resultado orçamentário, informou que a previsão anual inicial de receita é de R\$ 4.309.988.134 milhões, dados consolidados, e não houve nenhuma alteração na estimativa, e a arrecadação efetiva atingiu R\$ 1 bilhão 530 milhões. Os principais grupos, seis, todos já dão quase 97,65% da receita, que o principal grupo refere-se às transferências correntes, com arrecadação efetiva no 1º Q2023 acima do esperado, estava previsto R\$ 630 milhões, arrecadou R\$ 653 milhões. Outro grupo, impostos, taxas e contribuições de melhoria era previsto R\$ 560 milhões, arrecadou 591 milhões; outro grupo que apresentou arrecadação acima foi a receita patrimonial, era previsto arrecadação de R\$ 13 milhões e chegou a R\$ 54 milhões, e os outros três grupos tiveram uma arrecadação abaixo da previsão, receitas de serviços era previsto R\$ 118 milhões a arrecadou R\$ 99 milhões; receitas de contribuições era previsto R\$ 80 milhões e arrecadou R\$ 75 milhões e operações de crédito ficaram abaixo do previsto, era previsto R\$ 54 milhões e arrecadou R\$ 20 milhões. Em seguida falou da composição da receita por órgão, sendo os quatro principais órgãos: a Prefeitura (R\$ 1,321 bilhão), IPM (R\$ 165 milhões) e Sassom (R\$ 39 milhões), e todas as outras são pouco expressivas perto do total, destaca Vítório. Concernente ao detalhamento das receitas arrecadadas somente da Prefeitura (dados isolados) ela foi responsável por R\$ 1.321.711.501 e que a planilha apresentada está ordenada por ordem de grandeza, sendo que as principais rubricas de arrecadação foram: IPTU – R\$ 303 milhões (23%); IPVA – R\$ 220 milhões (17%); ICMS – R\$ 201 milhões (15%); ISSQN - R\$ 157 milhões (12%); FUNDEB - R\$ 98 milhões (7%) e receitas de serviços R\$ 96 milhões (7%) de toda arrecadação, dando destaque para outras rubricas orçamentárias de arrecadação: F.P.M (R\$ 40 milhões), ITBI (R\$ 38 milhões) e IRRF (R\$ 36 milhões), todas essas três em torno de 3% de toda arrecadação. Passou a efetuar uma comparação das receitas da Prefeitura com dados do 1Q2023 com o que estava arrecadado no 1Q2022, e numa segunda análise, temos a arrecadação de 2023 com relação ao que estava previsto para ser arrecadado neste 1Q2023. O IPVA foi o imposto que apresentou a melhor diferença positiva com relação a 2022 e assim também com o que estava previsto para arrecadar em 2023. Disse que esse imposto teve R\$ 60 milhões a mais de arrecadação comparado com o 1Q2022 e também R\$ 60 milhões com o que estava previsto de arrecadar. A receita de serviços houve, com relação ao que estava arrecadado em 2022 teve uma diferença a mais de R\$ 38 milhões mas ainda R\$ 20 milhões abaixo do previsto; o ISSQN houve uma arrecadação de R\$ 23 milhões acima do arrecadado no 1Q2022 e R\$ 29 milhões acima do previsto; IPTU a arrecadação foi R\$ 20 milhões acima de 2022, porém um pouco abaixo da expectativa do que era previsto de ser arrecadado (R\$ 7,8 milhões



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

abaixo); IRRF, R\$ 6 milhões acima do ano passado e R\$ 4,6 milhões acima do previsto. Vitório ainda destaca o ICMS, uma arrecadação importante, que historicamente se mostra no final do ano a principal rubrica de arrecadação da Prefeitura houve uma queda de R\$ 16 milhões ao que foi arrecadado no ano passado e R\$ 24 milhões em relação ao que estava previsto. Destaca que a Prefeitura recebeu, esse ano, R\$ 12 milhões de compensação em relação à alteração de alíquota do ICMS dos combustíveis, e se não tivesse essa compensação, a perda seria até maior. Aponta que, no geral, o total de receitas correntes, o principal grupo de arrecadação ficou R\$ 141 milhões a mais do arrecadado no ano passado e R\$ 41 milhões acima do previsto de se arrecadar em 2023. Seguindo, Afonso Reis Duarte faz uma ressalva que a questão da receita de serviços do SAERP, em 2022 ficou faltando contabilizar aqui um mês de arrecadação, e não é que tenha caído a arrecadação em 2023, mas quando se compara, temos essa queda verificada, mas é apenas um descasamento entre a contabilidade e o efetivamente realizado na ocasião. Vitório continua falando sobre outros grupos, as receitas de capital e as intra-orçamentárias, e as receitas de capital no geral ficaram R\$ 18 milhões abaixo do ano passado e no que estava previsto R\$ 65 milhões abaixo; falou, em seguida, sobre os principais grupos (operações de crédito), e essas englobam as obras de mobilidade urbana, e nesse 1Q2023 sempre tem um atraso nas obras em decorrência das chuvas, justificando. As receitas intra-orçamentárias, R\$ 460 mil a menos do ano passado e R\$ 3 milhões abaixo da previsão, e sobre a restituição do duodécimo legislativo ano passado teve R\$ 3,2 milhões e esse ano R\$ 327 mil, e assim R\$ 2,9 milhões abaixo. No total geral de receitas ano passado arrecadou R\$ 1,2 bilhão no primeiro quadrimestre e esse ano arrecadou R\$ 1,321 bilhão, aumento de R\$ 119 milhões. Mas com relação à estimativa, o previsto, ficou R\$ 27 milhões a menos, teve uma queda, uma "frustração de receitas", o termo técnico, de 2,01%. Porém se analisarmos só as receitas correntes que são as receitas recorrentes dentro da Administração Municipal o aumento foi de 12,23% com relação ao ano passado e 3,28% em relação à previsão. O IPCA, no acumulado de abril, foi de 4,18%, cita. Seguindo, as despesas consolidadas e a apuração do resultado orçamentário, a despesa total prevista tinha como dotação inicial R\$ 4.309.988.134 e o total da despesa empenhada foi de R\$ 2.549.464.050, e o total de despesa liquidada nesse 1Q2023 foi de R\$ 1.128.322.209, e o descolamento entre o empenhado e o liquidado se deve, boa parte, dos contratos de custeio da máquina pública e algumas despesas de pessoal já estarem empenhadas até o fim do ano (12 meses). Fala que dentro da despesa liquidada, os dois principais grupos são: pessoal e encargos sociais (R\$ 531 milhões) e outras despesas correntes (R\$ 422 milhões), e os outros grupos temos despesas intra-orçamentárias de R\$ 85 milhões; investimentos R\$ 35 milhões; amortização da dívida contratada de R\$ 27 milhões e juros e encargos da dívida de R\$ 24 milhões. Já a despesa analisada por função de governo, aponta Vitório, base da LRF, destacou os grandes grupos: gastos com saúde (R\$ 290 milhões), educação (R\$ 246 milhões) e previdência social (R\$ 204 milhões). Outros grupos importantes são: administração





# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

31,66% e no liquidado 21,16%, lembrando que muitos contratos na educação estão empenhados para 12 meses, o que causa essa distorção, e o liquidado está abaixo do mínimo legal, lembrando também que há a sazonalidade do IPTU e IPVA, e a meta é anual, estamos fazendo o acompanhamento. Quanto a aplicação dos recursos do FUNDEB recebidos, que totalizam R\$ 99.781.542, que as aplicações mínimas, existem duas, 70% do mínimo no magistério (R\$ 69.847.079) e 90% dos recursos recebidos no exercício, que soma R\$ 89.903.387. Hoje, temos como aplicação no magistério, de despesa liquidada, de R\$ 88 milhões (76,67%) e outras despesas com FUNDEB totalizaram R\$ 13 milhões, de 5,09%. Pela despesa liquidada, temos 102,29%, acima do percentual exigido em lei. Está acima de 100% porque parte está liquidada mas não está paga. Continuando, temos a meta de aplicação de recursos na saúde, a base de cálculo são receitas de impostos e transferências de impostos que soma R\$ 1.031.763.252, temos a aplicação mínima obrigatória, e constitucional, de 15%, que representa R\$ 154.764.488. Os gastos totais em saúde pela despesa liquidada ficaram em R\$ 242.811.979 milhões, e dentro desse valor temos algumas deduções, e parte desses recursos são executadas com recursos estaduais e federais (R\$ 59 milhões), outros R\$ 4.480.392 milhões são despesas com outros recursos, e R\$ 4.488.706 milhões são despesas não consideradas. Aponta que alguns valores são glosadas pelo Tribunal de Contas em decorrência de não serem relacionadas à universalização do acesso à saúde, normalmente gastos judiciais, então temos os gastos de fato, que entram no cômputo, de R\$ 173.942.792 milhões, e a aplicação deu 16,86%, previamente acima do exigido (15%). Destaca ser necessário sempre o acompanhamento, porque essas metas são sempre anuais. Passou a informar a meta de despesa de pessoal, explicando que a base é a receita corrente líquida R\$ 3.408.312.851, falou acerca da questão da modulação do Tribunal de Contas; a despesa bruta perfaz o valor de R\$ 1.901.534.575 (55,79%) e com deduções de R\$ R\$ 399 milhões, gastos com inativos e pensionistas (11,73%), e temos uma despesa com pessoal realizada na ordem de R\$ 1.501.848.771 (44,06%), observando que em ambos os casos está abaixo dos três limites exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal; sendo o limite máximo 54%, prudencial 51,30% e limite de alerta em 48,60%. Essa despesa só tem o impacto de um mês do último dissídio, lembra Vitorio. Falou ainda sobre o "Termômetro Fiscal", mostrando 4 vertentes dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00), onde finaliza sua apresentação. O vereador Sérgio Zerbinato parabeniza a apresentação e em seguida, o Dr. Afonso Reis Duarte faz uma explanação nos seguintes termos: essa apresentação desses indicadores, despesa de pessoal, FUNDEB, educação e saúde, nesses dois primeiros quadrimestres do ano são muito sensíveis, e analisando receitas e despesas teremos um indicador de que nós estamos cumprindo ou não esses limites. Se a despesa com pessoal estivesse acima, teríamos que fazer contingências, e se não estivessemos aplicando os 25% em educação teríamos que passar orientações à Secretaria de Educação para fazer ajustes, e esse é apenas termômetro que mostra nossas receitas e nossas despesas, mas considerando que nos primeiros meses do ano temos a



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

sazonalidade da arrecadação de IPVA e IPTU, observando ainda a queda de arrecadação de ICMS. É preciso ir ajustando para que ao final do ano não tenhamos gasto mais do que arrecadado, durante o exercício de 2023. Assim, o vereador Sérgio Zerbino agradeceu a atenção do Secretário, dos técnicos da Secretaria da Fazenda, e todos que acompanharam essa audiência, declarando-a encerrada às 10h25. A presente ata foi lavrada por mim, Fernando Silvério Borges, auxiliar legislativo designado, que após lida e aprovada, vai assinada pelo vereador abaixo, que presidiu essa audiência pública.

  
**SÉRGIO ZERBINATO**

Vereador  
Presidente da  
Comissão Permanente de Finanças,  
Orçamento, Fiscalização, Controle e Tributária